



portalbenews.com.br

ESTILO BE Streaming, leitura e arte contemporânea estão entre as recomendações de Ivani Cardoso para o fim de semana ► **p22**



VITRINE Coluna traz destaques do Sul Export, novos comandos regionais e visitas à infraestrutura da tríplice fronteira ► **p23**



Divulgação

Operadores logísticos movimentam R\$ 247 bi e ampliam atuação

► **p15**

LEIA TAMBÉM

Conselho declara vacância de toda a Diretoria Executiva da CDP

► **p10**

Grupo chinês deixa consórcio na licitação da dragagem de 16 metros

► **p21**



Divulgação

ANTT endurece fiscalização do frete mínimo

Agência dá início a processos para suspender empresas que descumprem regra

► **p13**

AVIAÇÃO Latam é destaque sul-americano no World Airline Awards 2026
► **p14**

AEROPORTOS TCU alerta para perda de R\$ 1 bi com restrições no Santos Dumont
► **p14**

PETRÓLEO E GÁS Petrobras tem maior margem de lucro entre petroleiras mundiais
► **p16**

EDITORIAL

A ANTT e a fiscalização do piso mínimo do frete rodoviário

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) anunciou o início dos procedimentos para suspender, cautelarmente, empresas que descumprem de forma reiterada o piso mínimo do frete rodoviário de cargas. A medida combina o instrumento de suspensão do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC) com a rastreabilidade criada pela universalização do Código Identificador da Operação de Transporte (CIOT), obrigatório desde 24 de maio para todas as operações de transporte rodoviário remunerado de cargas. A combinação é relevante porque resolve o problema que historicamente limitou a eficácia do piso mínimo criado pela Lei 13.703/2018: a política existia, os valores eram calculados com metodologia baseada em custos reais, mas a fiscalização dependia de autuações individuais que não conseguiam acompanhar o volume de operações do setor. Com o CIOT universalizado, código que é bloqueado quando o valor de frete informado está abaixo do piso aplicável, a fiscalização passou a ser sistêmica, não amostral.

O piso mínimo do frete é um instrumento que divide opiniões no setor por razões que merecem ser examinadas com cuidado. Defensores argumentam que ele protege o transportador autônomo, que responde pela maioria dos registros no RNTRC, mas por fração menor da produção em TKU, da pressão de embarcadores que usam seu poder de contratação para comprimir fretes abaixo dos custos operacionais reais. Críticos argumentam que ele interfere na formação de preços num mercado que deveria ser competitivo e, ainda, que pode reduzir eficiência ao proteger operadores menos produtivos. Ambos os argumentos têm fundamento parcial. E o relato de empresários captura bem onde o debate deveria chegar: não é se a regra deve existir, mas sobre como uma gestão eficiente consegue ser competitiva dentro dos parâmetros que ela estabelece. Combustível, manutenção, disponibilidade de frota e planejamento de rota são as variáveis que uma transportadora pode otimizar. O piso é o chão abaixo do qual a negociação não vai, e a gestão precisa fazer a conta funcionar acima dele.

A metodologia da ANTT para cálculo do piso, que considera depreciação, remuneração de capital, mão de obra, seguro, combustível, manutenção, pneus e lubrificantes, mas não pedágio, lucro, impostos e despesas administrativas, é tecnicamente defensável como representação dos custos diretos da operação de transporte. A clareza sobre o que está e o que não está no piso é importante porque o debate público frequentemente confunde piso mínimo com custo total ou com preço justo. O piso é a remuneração mínima dos custos variáveis e fixos diretos da operação. Tudo o que uma transportadora precisa além disso — margem, impostos, overhead administrativo — precisa ser negociado acima do piso. Isso significa que operar exatamente no piso não é, necessariamente, operar de forma economicamente sustentável. O objetivo é cobrir os custos diretos sem garantia de rentabilidade.

A fiscalização efetiva do piso mínimo, combinada com a rastreabilidade do CIOT, tem consequências para além da relação entre transportadoras e ANTT. Embarcadores que sistematicamente contratavam fretes abaixo do piso, usando o poder de negociação de grandes volumes para comprimir margens de transportadoras menores, enfrentam agora tanto o bloqueio técnico do CIOT, quanto o risco regulatório de que seus fornecedores de transporte sejam suspensos. Isso cria incentivo para que contratantes também cumpram a política, não apenas os transportadores. A mensagem que a ANTT está enviando ao mercado com as suspensões cautelares é que a responsabilidade pelo cumprimento do piso não é apenas do transportador. Ela também envolve quem contrata o transporte com valores que sabe estarem abaixo do mínimo legal.

O setor de transporte rodoviário de cargas é a espinha dorsal logística do Brasil. 65% das cargas nacionais transitam por caminhão. Um segmento que opera sistematicamente abaixo dos custos de manutenção e renovação de frota é um que deteriora sua capacidade produtiva de forma silenciosa, com frota mais velha, mais cara de manter e menos eficiente em consumo de combustível. O piso mínimo não resolve todos os problemas estruturais do transporte rodoviário brasileiro, não substitui a integração modal que reduziria a pressão sobre o caminhão em rotas longas, nem o investimento em pavimento que tornaria as operações mais previsíveis. Mas cria o chão abaixo do qual a competição por preço destrói valor em vez de criá-lo. Que a ANTT mantenha a fiscalização com a consistência e a sobriedade que o anúncio sugere.

NESTA EDIÇÃO

MANCHETE
13 ANTT endurece fiscalização do frete mínimo

- EDITORIAL**
2 “A ANTT e a fiscalização do piso mínimo do frete rodoviário”
- INSIGHT**
3 “Quando apoiar outras mulheres deixa de ser discurso”, por Béatrice Dupuy
- HUB**
4 Seca pode aumentar custo do transporte de contêineres no Amazonas em até 150%
- POLÍTICA**
4 Eleições: Flávio imita seu pai e recruta ‘fiscais’
6 Eleitor indeciso dará vitória a Lula, diz presidente do PT
7 Gleisi acusa Deltan e mais dois de violência política de gênero
Bets reagem à ameaça do governo
8 Reajuste do Bolsa Família não viola Lei Eleitoral, diz Gilmar
- POLÍTICA | OPINIÃO**
9 “O exemplo de cima”, por Adilson Luiz Gonçalves
- TRANSPORTES | PORTOS**
10 Conselho declara vacância de toda a Diretoria Executiva da CDP
12 Grupo chinês deixa consórcio na licitação da dragagem de 16 metros
- TRANSPORTES | AVIAÇÃO**
14 Latam é destaque sul-americano no World Airline Awards 2026
- TRANSPORTES | AEROPORTOS**
14 TCU alerta para perda de R\$ 1 bi com restrições no Santos Dumont
- LOGÍSTICA**
15 Operadores logísticos movimentam R\$ 247 bilhões e ampliam atuação
Seca ameaça elevar custos logísticos em Manaus em até 150%
- PETRÓLEO E GÁS**
16 Petrobras tem maior margem de lucro entre petroleiras mundiais
- FINANÇAS**
17 BC atualiza o regulamento do Pix e ajusta penalidade de exclusão
Dólar sobe e acumula 0,37% na semana
- JUSTIÇA**
18 Defesa de Daniel Vercaro pede revogação de prisão preventiva
19 “Não é preciso alterar o tom para ser ouvido”, diz Nunes Marques
Carla Zambelli contrata novo advogado
20 Tribunais de Contas debatem fiscalização de concessões e PPPs
- INTERNACIONAL**
21 Trump anuncia acordo de controle da segurança da Groenlândia
- ESTILO BE**
22 Comportamento, arte e tendências, com a jornalista Ivani Cardoso
- VITRINE**
23 Bastidores de festas, apresentações e visitas de autoridades, com a jornalista Núria Bianco



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar
Jardins - São Paulo/SP
01404-200, BR

Sucursal Brasília
Casa Brasil Export
SHIS QL 26, Cj. 6, Casa 1
Lago Sul - Brasília/DF
71630-095, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, 1º andar
Centro - Santos/SP
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo | Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Sub-editor - Jornal BE News
Luciano Ribeiro

Editores-executivos | Portal BE News
Vanessa Pimentel

Equipe de Reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista e Geovanna Barbosa (Estagiária)

Design | Jornal BE News
Mônica Mathias (Editora),
Fernando Cláudio Peel e Ricardo Lessa

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR
Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE
Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE
publicidade@redebenews.com.br





BÉATRICE DE TOLEDO DUPUY
Gerente Executiva de Comunicação Corporativa
e Sustentabilidade da Santos Brasil
Presidente do Conselho ESG dos fóruns Brasil Export
opinioao@portalbenews.com.br



► ESG

Sororidade na prática: quando apoiar outras mulheres deixa de ser discurso

Falar sobre sororidade é fácil. Praticá-la é outra história. Sororidade aparece quando escolhemos abrir espaço, dividir protagonismo, reconhecer uma competência antes que ela seja percebida ou simplesmente não reproduzir comportamentos que, durante muito tempo, aprendemos a naturalizar.

No mundo corporativo, sororidade não é amizade, afinidade ou proteção. É uma atitude de apoio, respeito e responsabilidade. É reconhecer que uma decisão aparentemente pequena pode mudar a trajetória profissional de outra mulher.

Sororidade começa quando deixamos de enxergar outras mulheres como concorrentes permanentes.

Isso não significa eliminar a competição ou acreditar que precisamos pensar da mesma forma. Podemos disputar oportunidades sem desqualificar umas às outras. Podemos discordar sem transformar divergência em julgamento pessoal. Podemos crescer sem precisar diminuir quem está ao nosso lado.

E como isso se traduz no cotidiano?

É apresentar uma colega a alguém que pode contribuir para sua carreira. Indicar uma profissional para um projeto ou posição de liderança.

Reconhecer a autoria de uma ideia. Convidar uma mulher para uma mesa estratégica. Compartilhar conhecimento, informação e contatos em vez de tratá-los como patrimônio individual.

É também dar feedback.

E aqui existe uma diferença importante entre sororidade e complacência. Apoiar não significa dizer que tudo está certo. Muitas vezes, a forma mais genuína de apoio é oferecer uma crítica honesta, respeitosa e construtiva, aquela que prepara uma profissional para o próximo desafio.

Existe ainda uma dimensão menos visível: **defender outras mulheres quando elas não estão na sala.**

Quando uma colega é interrompida em uma reunião, devolver a palavra. Quando uma ideia é apropriada por outra pessoa, reconhecer sua autora. Quando surge um comentário depreciativo, não rir, não o reforçar e, quando necessário, questioná-lo.

São gestos pequenos. Mas cultura também se constrói assim.

E existe uma responsabilidade ainda maior para quem já conquistou espaço.

Quanto maior a senioridade, maior a capacidade de abrir caminhos. Uma diretora pode incluir uma profissional em uma reunião estratégica. Uma gerente pode preparar uma sucessora. Uma executiva pode recomendar alguém para uma posição. Uma líder pode fazer uma pergunta simples: **“Quem ainda não está nessa mesa?”**

Essa pergunta deveria fazer parte das nossas rotinas de liderança. Porque diversidade não acontece apenas quando uma empresa contrata

mulheres. Acontece quando elas têm acesso a projetos relevantes, visibilidade, desenvolvimento, remuneração justa, patrocínio e oportunidades reais de decisão.

É aí que sororidade encontra estratégia.

Empresas que querem ampliar a presença feminina na liderança precisam ir além de campanhas, eventos e discursos. Precisam criar ambientes em que profissionais possam crescer, errar, aprender, liderar e ser reconhecidas pelo que entregam.

E isso não se constrói apenas por meio de políticas formais. Constrói-se também nas relações cotidianas, nas reuniões, nas escolhas, nas indicações e nas oportunidades que oferecemos ou deixamos de oferecer.

Há outro ponto fundamental: **sororidade não é responsabilidade exclusiva das mulheres.**

Homens também têm um papel decisivo nessa transformação. Podem reconhecer o protagonismo de uma colega, interromper uma dinâmica de exclusão, questionar vieses e contribuir para que oportunidades sejam distribuídas de forma mais justa.

No setor de infraestrutura, logística e comércio exterior, esse debate ganha ainda mais relevância. São setores essenciais para a economia brasileira e que ainda enfrentam o desafio de ampliar a presença feminina em diversas posições operacionais e de liderança.

Criar caminhos para que mais mulheres entrem, permaneçam e avancem nessas carreiras não é apenas uma questão de representatividade. **É uma questão de talento, competitividade e futuro para o setor.**

Talvez, então, a sororidade comece com uma mudança simples de pergunta. Em vez de “Por que ela chegou lá?” perguntar: “O que podemos fazer para que mais mulheres cheguem lá?”

Não precisamos concordar o tempo todo. Não precisamos ser amigas. Não precisamos abrir mão da ambição, da competição ou da excelência.

Precisamos construir relações profissionais baseadas em respeito, generosidade e responsabilidade. Porque uma mulher que abre espaço para outra **não perde espaço. Amplia o espaço disponível.**

E talvez esse seja o sentido mais concreto da sororidade no trabalho: não caminhar todas pela mesma estrada, mas ajudar a tornar a estrada mais acessível para quem vem depois.

Sororidade é menos discurso e mais atitude.

É reconhecer. É indicar. É incluir. É compartilhar. É defender. É abrir espaço.

Porque, quando uma mulher cresce, **ela pode levar outras com ela.**

Béatrice de Toledo Dupuy e demais integrantes do Conselho ESG dos fóruns Brasil Export escrevem semanalmente para o BE News

PRECISAMOS CONSTRUIR RELAÇÕES PROFISSIONAIS BASEADAS EM RESPEITO, GENEROSIDADE E RESPONSABILIDADE. PORQUE UMA MULHER QUE ABRE ESPAÇO PARA OUTRA NÃO PERDE ESPAÇO. AMPLIA O ESPAÇO DISPONÍVEL

POLÍTICA



LEOPOLDO
FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@redenebnews.com.br

Custo El Niño

Os impactos da estiagem e das anomalias climáticas provocadas pelo fenômeno El Niño na Região Norte do país ameaçam inflacionar drasticamente a logística de suprimentos do Polo Industrial de Manaus (PIM). Segundo estudo elaborado pela consultoria A&M Infra, da Alvarez & Marsal, para a Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), a redução no nível dos rios amazônicos pode encarecer o custo de transporte de contêineres para a capital amazonense em até 150% nos cenários de seca extrema.

Cenários

O levantamento quantifica os impactos da perda de calado navegável nas embarcações de cabotagem e nos feeders fluviais. Em um cenário considerado intermediário, com restrição de 2 metros no calado, a capacidade de carregamento dos navios cai 35%, o que resulta em um aumento imediato de 63% no custo unitário por contêiner movimentado. Já em um quadro mais severo, com restrição de 3,2 metros no calado, a capacidade útil de transporte despenca 55%, gerando um efeito dominó de estouro de custos operacionais e fretes que atinge a marca dos 150%.

Encomenda confirmada

O Grupo A.P. Moller-Maersk confirmou oficialmente a encomenda de 26 novos porta-contêineres de grande porte, com capacidade para 18.600 TEUs, encerrando dias de intensa especulação no mercado marítimo internacional. A expansão da carteira de pedidos representa um incremento equivalente a aproximadamente 10% da frota operacional atual da armadora dinamarquesa e marca uma inflexão em sua estratégia de negócios, que nos últimos anos esteve estritamente focada na substituição de frota antiga e na manutenção do teto de capacidade em torno de 4,3 milhões de TEUs.

Novos navios

As novas embarcações serão equipadas com motores de propulsão dual alimentados por gás liquefeito (GNL) ou combustível convencional, com entregas programadas entre 2029 e 2030. A encomenda consolida o contrato prévio firmado em fevereiro de 2026 com o estaleiro chinês New Times Shipbuilding Company - que previa oito unidades firmes mais opções agora exercidas - e estende o programa com outros estaleiros parceiros.

Estratégia operacional

Embora analistas de consultorias especulassem que a Maersk pudesse finalmente aderir aos megacarregadores de 24.000 TEUs (classe Ultra Large Container Vessels, os ULCV), a companhia optou por focar na faixa de 18.600 TEUs, ligeiramente superior à sua atual classe Triple E (18.270 a 20.568 TEUs). A escolha sinaliza prioridade para embarcações com maior flexibilidade operacional e facilidade de atracação nos portos globais, sem renunciar ao ganho de escala nas rotas transoceânicas.

Eleições: Flávio imita seu pai e recruta 'fiscais'

Assim como Jair Bolsonaro fez em 2022, senador convoca apoiadores para atuar na fiscalização no dia da votação

Reprodução



Flávio Bolsonaro já divulgou informações sobre as urnas eletrônicas que são desmentidas pelo TSE desde 2022

Estadão Conteúdo

O candidato à presidência da República Flávio Bolsonaro (PL) anunciou que pretende montar uma rede de apoiadores para acompanhar a votação nas eleições de outubro. A iniciativa foi apresentada durante uma transmissão ao vivo nesta quinta-feira, 17, e prevê a criação de um cadastro para interessados em atuar como "fiscais".

Segundo o senador, a campanha deverá lançar um site para receber as inscrições. Os voluntários passarão por uma etapa de seleção, serão credenciados e receberão orientações sobre os procedimentos que poderão acompanhar no dia da eleição. A intenção, afirmou Flávio, é ter representantes em diferentes regiões do País, com atenção especial ao encerramento da votação.

A estratégia anunciada

por Flávio remete a uma iniciativa adotada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) nas eleições de 2022, quando sua campanha também mobilizou apoiadores para atuar na fiscalização do processo eleitoral. Naquele pleito, Jair Bolsonaro manteve uma série de questionamentos sobre as urnas eletrônicas.

"Basicamente, a gente vai recrutar as pessoas, elas vão poder se inscrever, vão ser credenciadas, vai ter um rápido ensinamento como é que faz para a gente fazer a fiscalização das urnas, em especial no momento que a urna fechou", disse Flávio.

Durante a "live", Flávio afirmou que a estrutura serviria para acompanhar possíveis irregularidades durante o processo eleitoral. "A gente tem que ter gente nossa pelo Brasil inteiro fiscalizando para evitar que pessoas mal-intencionadas votem no lugar de outras e façam alguns tipos de atitudes ilegais", acrescentou.

Vale lembrar que o senador já questionou as urnas eletrônicas em julho, durante reunião com diplomatas. Na ocasião, ele disse

que as urnas brasileiras têm a mesma origem das urnas da empresa Smartmatic e que um relatório da CIA mostra que a empresa estaria envolvida em um plano de fraude do governo venezuelano nas eleições de 2012. O TSE já havia desmentido essa informação anteriormente.

Isso é permitido?

Partidos políticos, federações e coligações podem acompanhar a votação e a apuração dos resultados, de acordo com as regras do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Entidades privadas brasileiras sem fins lucrativos também podem participar da fiscalização e da auditoria dos sistemas eleitorais, desde que tenham atuação reconhecida na fiscalização e na transparência da gestão pública e sejam credenciadas pelo TSE, conforme as regras estabelecidas pela Justiça Eleitoral.

Também podem participar departamentos de tecnologia da informação de universidades credenciadas pelo Tribunal.



OBRIGADO

106

participantes
presentes

+9h

de transmissão
ao vivo

+4,6 mil

acessos
online

38

speechers



PATROCÍNIO



INICIATIVA E REALIZAÇÃO



APOIO



PRODUÇÃO



MARKETING



MÍDIA OFICIAL



POLÍTICA

Eleitor indeciso dará vitória a Lula, diz presidente do PT

Segundo Edinho Silva, ao comparar o governo atual com o anterior, o eleitor verá a diferença entre os dois e entenderá que Lula representa a mudança que o Brasil precisa

Estadão Conteúdo

O presidente do PT, Edinho Silva, disse nesta sexta-feira, 18, à GloboNews que o eleitor indeciso garantirá a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao comparar as gestões dele com a do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

“Quando nós aprofundarmos esse debate do Brasil que eles representam e o Brasil que o presidente Lula representa, eu não tenho nenhuma dúvida de que esse eleitor que está indeciso vai saber fazer a diferença e vai enxergar que a mudança que o Brasil precisa fazer está representada no presidente Lula”, disse Edinho.

O presidente do PT também defendeu uma discussão sobre reforma política, declarando que a sociedade está refém de um Congresso que atua como um “balcão de negócios”. Edinho, porém, declarou que o governo trabalhou em harmo-

nia com todos os partidos, exceto os da oposição.

“O governo do presidente Lula tinha representação de todos os partidos políticos, só não tinha representação dos partidos claramente de oposição. O restante das expressões partidárias do Brasil tinham composição no governo. O presidente Lula governou de forma muito ampla”, afirmou.

Ao falar sobre Flávio Bolsonaro, Edinho disse que o grupo político dele tentou aplicar um golpe de Estado e arquitetou a morte de rivais políticos, em referência às acusações que condenaram Jair Bolsonaro e aliados próximos em outubro do ano passado no julgamento histórico do Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente do PT também declarou que

o opositor de Lula defende que famílias fiquem vulneráveis a armamentos.

“Como você pode falar em mudança, se ele efetivamente representa o velho da política? Como pode falar em segurança pública, quando você condecora miliciano e visita miliciano em presídio? Penso que, quem tem hoje condições de falar de mudança no Brasil é o presidente Lula”,

disse Edinho.

Outra crítica de Edinho a Flávio, através da gestão de Jair Bolsonaro, foi através dos números da pandemia de covid-19: “Quem abriu 700 mil covas não pode falar em cuidado da população”, afirmou.

Gasto público

Na entrevista, Edinho Silva também disse que o governo do presidente Lula “pode ter cometido erros” e que é possível melhorar alguns pontos, como a gestão do gasto público. Mas afirmou que o projeto petista é muito distante do projeto de Flávio Bolsonaro.

“Podemos ter cometido erros no governo, podemos ter desafios para aprimorar o Brasil, tornar o Brasil mais eficiente, melhorar o gasto público, reconhecer que temos muito o que fazer para o Brasil melhorar, mas nosso projeto é muito diferente do deles. Uma coisa é falar de divergências, de aprimorar um projeto, o gasto público, um modelo de Estado. Outra coisa são lideranças que tentam um golpe e arquitetam assassinatos”, afirmou.



Divulgação / PT

Edinho Silva também defendeu uma discussão sobre reforma política, para que a sociedade não fique refém de um Congresso que atua como um “balcão de negócios”

Edinho vê prejuízo à campanha com crise

Edinho Silva também falou sobre a crise no Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo ele, o momento negativo da Corte atinge o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por conta do pensamento do senso comum de que o Executivo e o Judiciário fazem parte de um mesmo “sistema”.

“A crise penaliza o incumbente, aquele que está no poder e na frente do governo. Aos olhos da sociedade e do senso comum,

governo, Legislativo e Judiciário são tudo a mesma coisa, é o sistema que conduz o País”, declarou o presidente do PT.

Edinho disse também que os conflitos entre os magistrados assolam o ambiente político. O presidente do PT disse ter consciência do desgaste que a campanha petista sofreu, mas que Lula se posicionou corretamente sobre o tema ao defender a investigação dos ministros que

tiveram ligações espúrias com o Banco Master “doa a quem doer”.

“Quando vivenciamos uma crise envolvendo a Suprema Corte e a instância máxima do Judiciário brasileiro e, aos olhos da sociedade, o Judiciário é o poder intocável porque é ele que vai arbitrar quando tem conflitos na sociedade e, portanto, tem que estar acima de qualquer suspeita, assola todo o ambiente político brasilei-

ro”, disse Edinho.

O presidente Lula disse nesta semana que ao mesmo tempo em que o ministro do STF Alexandre de Moraes deve “pagar”, caso tenha cometido irregularidades envolvendo o contrato milionário do Banco Master com o escritório de advocacia da esposa, Viviane Barci de Moraes, o magistrado sofre oposição do bolsonarismo por ter “defendido a democracia” durante as eleições de 2022

e o julgamento de tentativa de golpe de Estado.

“A briga da família Bolsonaro com o Alexandre de Moraes não é por causa do Banco Master, é pela prisão da família. É por causa do comportamento do Alexandre de Moraes que foi correto em defender a democracia desse país. Se o Alexandre de Moraes cometeu um erro no contrato, é uma decisão da Suprema Corte e ele terá que pagar”, disse Lula.

Gleisi acusa Deltan e mais dois de violência política de gênero

A candidata ao Senado pelo Paraná acionou o Ministério Público Eleitoral e pede apuração em relação a quatro situações em que sofreu ataques com referências sexualizadas

Reprodução

Estadão Conteúdo

A candidata ao Senado pelo Paraná Gleisi Hoffmann (PT) acionou, nesta quinta-feira, 17, o Ministério Público Eleitoral (MPE) contra Deltan Dallagnol (Novo), Filipe Barros (PL) e Jeffrey Chiquini (Novo) por violência política contra a mulher.

A peça reúne quatro episódios, ocorridos entre março e setembro deste ano, com referências sexualizadas, ataques à aparência e imagens produzidas por inteligência artificial dirigidas à petista.

Nas eleições de outubro, Deltan e Barros disputarão as duas vagas do Paraná para o Senado na chapa majoritária do PL. Chiquini tentará um mandato na Câmara dos Deputados.

O primeiro episódio citado pela defesa de Gleisi ocorreu em 23 de março. Durante discurso na Câmara dos Deputados sobre os atos de 8 de janeiro, Gleisi mencionou parlamentares investigados, entre eles Filipe Barros. O deputado respondeu posteriormente em vídeo publicado no TikTok.

Na gravação, Barros afir-



Além de referências sexualizadas, Gleisi acusa Deltan e seus colegas de ataques à aparência e estereótipos para desqualificá-la

mou que Gleisi deveria “lavar a boca antes de falar” em seu nome e disse que a petista já havia sido investigada por corrupção e teria recebido os apelidos de “amante” e “coxa” em registros ligados à Odebrecht.

O segundo fato apresentado ocorreu em 22 de abril e envolve Deltan Dallagnol. Segundo a notícia-crime, o candidato publicou no Instagram um vídeo em que associa um suposto codinome atribuído a Gleisi em uma planilha da Odebrecht à música “Amante Não Tem Lar”, de Marília Mendonça.

No vídeo reproduzido pela defesa, Deltan diz que “amante” e “narizinho” teriam sido apelidos de Gleisi e, ao acusá-la de mentir, afirma que o segundo deveria ser alterado para “narigão”, em referência ao personagem Pinóquio. “É, a amante não tem lar por aqui”, diz Deltan em outro trecho reproduzido no documento.

“Raposa”

O terceiro episódio ocorreu em 22 de agosto, já durante a campanha eleitoral. Filipe Barros publicou um vídeo

em resposta à identidade visual adotada por Gleisi, que utiliza uma onça como símbolo da campanha ao Senado. “Quer dizer que a Gleisi tá dizendo que é uma onça? Ela tá mais para raposa no galinheiro”, diz Barros no início da publicação reproduzida pela defesa.

Ao longo do vídeo, o candidato compara Gleisi também a uma cobra, a um bicho-preguiça e a um escorpião. As falas são acompanhadas por imagens geradas por inteligência artificial que representam a petista como os animais mencionados.

Barros também faz referência a Lula ao dizer que Gleisi “pede ajuda pro sapo barbudo” e, ao final, pede votos para sua candidatura ao Senado.

O quarto episódio ocorreu em 9 de setembro, após o julgamento pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) do registro de candidatura de Deltan Dallagnol. Um story publicado no perfil de Jeffrey Chiquini mostra Deltan, Chiquini, o candidato a deputado federal Guilherme Kilter e outros dois homens comemorando a decisão. Sobre a gravação aparece a frase “Deltan elegível. CHUPA, PT!”.

Segundo a notícia-crime, durante a comemoração, uma das pessoas presentes grita “Chupa, Gleisi!”. Na sequência, Deltan olha para quem grava o vídeo e repete: “Chupa!”.

Para a defesa de Gleisi, as manifestações configuram violência política de gênero porque recorrem a referências sexualizadas, ataques à aparência e estereótipos associados às mulheres para humilhar e desqualificar a candidata.

O Broadcast Político entrou em contato com os candidatos acusados, mas não obteve retorno.

Bets reagem à ameaça do governo

Casas de apostas online avisam que podem rever patrocínios e clubes saem em defesa delas

Estadão Conteúdo

A reação dos clubes e federações de futebol a rumores de que o governo pretende tomar “medida drástica” contra as bets

saiu depois de as empresas de apostas avisarem os times e entidades esportivas que a decisão vai forçá-las a rever contratos de patrocínio.

Hoje, 13 dos 20 times da Série A do Brasileirão têm contratos com empresas de apostas. A própria competição é patrocinada pela principal empresa do

mercado, a grega Betano.

As empresas de apostas apresentaram aos clubes um panorama ruim para o setor: o governo pretende editar uma Medida Provisória (MP) que acaba com os cassinos online (jogo do tigrinho e similares), parte principal do faturamento das principais bets. A expectativa é de que a medi-

da seja publicada e enviada ao Congresso Nacional nos próximos dias, ainda antes do 1º turno das eleições.

Os clubes e as federações divulgaram, nesta quinta-feira, 17, um manifesto no qual se dizem preocupados com os “rumores” e que, caso eles se confirmem, será “golpe fatal” no futebol brasileiro,

que sofrerá colapso, segundo as agremiações.

“A consequência não será apenas uma porta escancarada para as apostas clandestinas, mas um golpe fatal para o futebol brasileiro, levando muitos clubes à insolvência”, diz o texto divulgado por alguns dos principais clubes do país.

POLÍTICA

Reajuste do Bolsa Família não viola Lei Eleitoral, diz Gilmar

Ministro do STF acolhe pedido da AGU e decide que o aumento de 15,04% anunciado pelo governo Lula é legal. Segundo ele, medida recompõe pela inflação os valores do programa

Estadão Conteúdo

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu nesta sexta-feira, 18, a um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e reconheceu que o decreto que reajusta o Bolsa Família

em 15,04% não viola a Lei Eleitoral, que veda a criação de benefícios em anos eleitorais.

Em seu despacho, Gilmar considerou que a medida apenas recompõe pela inflação os valores do programa, sem criar novo benefício, ampliar o número de beneficiários ou modificar os critérios de elegibilidade. “Trata-se apenas de atualização dos valores das prestações integrantes de programa social já existente, mediante critério objetivo de correção monetária”, escreveu

o decano do STF.

Com o aumento linear dos benefícios dentro do Bolsa Família, o piso dos pagamentos sai de R\$ 600 para R\$ 691, com a média dos benefícios saltando de R\$ 691 para R\$ 777. Segundo cálculos apresentados pelo governo, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) desde o início do programa até agosto foi de 15,04%.

O pedido da AGU foi feito em uma ação protocolada pela Defensoria Pública da União (DPU) em 2020, na qual o órgão

pedia ao STF que o governo federal implementasse e regulamentasse o programa da renda básica de cidadania prevista na Lei 10 835/2004. No ano seguinte, a Corte julgou o pedido parcialmente procedente e determinou que o Executivo adotasse, a partir de 2022, o pagamento do benefício.

Em 2024, o relator do caso, Gilmar Mendes, considerou que a decisão havia sido cumprida em razão da sanção da lei que recriou o Bolsa Família, em 2023, e encerrou o caso. Entretanto, na última quarta-feira, 16, a DPU acionou o magistrado para questionar sobre o cumprimento de um dispositivo da norma que prevê a possibilidade de correção periódica dos valores do benefício em intervalos de até 24 meses.

Diante disso, na quinta, 17, Gilmar pediu explicações ao governo sobre as providências tomadas para cumprir o que determina a lei. O despacho foi assinado no mesmo dia em que o governo editou o decreto que reajusta o Bolsa Família.

Sem novo benefício

Em sua manifestação ao ministro, a AGU respondeu que o atende ao re-

querimento da DPU e destacou que não há criação de novo benefício, conduta vedada por lei em anos eleitorais.

“Registre-se que o Decreto nº 13.120/2026 não institui benefício novo, não cria categoria adicional de beneficiários, não altera o critério legal de elegibilidade e não inaugura programa social. Trata-se, ao contrário, de providência voltada à preservação, no tempo, do cumprimento da ordem injuncional, ao implementar a atualização periódica dos valores expressamente prevista no art. 7º, §§ 3º e 4º, da Lei nº 14.601/2023, marco legal já reconhecido por essa Suprema Corte como apto a concretizar a decisão proferida nestes autos”, diz o documento.

A AGU afirmou ainda que a própria lei de recriação do Bolsa Família deu ao governo federal a decisão sobre como fazer o reajuste do benefício, “sem estabelecer correção automática por índice previamente determinado ou exigir a alteração simultânea de todos os parâmetros”.

Por fim, o Executivo pediu que Gilmar reconhecesse que o decreto atendeu ao questionamento da DPU e é compatível com a Lei Eleitoral.

Ricardo Stuckert



Segundo cálculos apresentados pelo governo de Lula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor desde o início do programa até agosto foi de 15,04%

TSE: Mendonça relatará ação contra

O ministro André Mendonça, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi sorteado relator da ação movida pelo candidato do Missão à presidência da República, Renan Santos, contra o reajuste do Bolsa Família feito pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Na quinta-feira, 17, o magistrado rejeitou uma

ação de mesmo teor do deputado federal Zé Trovão (PL-SC), por entender que o parlamentar não tinha legitimidade para questionar uma medida promovida por um presidencialista.

Segundo a Advocacia-Geral da União (AGU), a medida apenas corrige as perdas inflacionárias; por isso, não estaria proibida

pela lei que veda a ampliação de benefícios sociais em ano eleitoral.

Na representação ao TSE, os advogados de Renan alegam que a gestão petista já sabia sobre a perda de poder aquisitivo dos beneficiários do Bolsa Família desde o início de 2025, mas não aumentou o valor do benefício.

Além disso, sustenta

que, para que a recomposição inflacionária pudesse ser aplicada em 2026, ela deveria ter produzido efeitos ainda em 2025, para não alcançar a vedação expressa na Lei Eleitoral de que, no ano do pleito, é proibida a distribuição gratuita de benefícios.

A petição também aponta que, logo após a assina-

tura do decreto de reajuste do programa, Lula passou a divulgar a medida em suas redes sociais, em contrariedade à vedação de uso promocional, por um candidato, de bens ou serviços sociais custeados pelo poder público. “O uso promocional desse reajuste é inconstitucional e proibido expressamente pela legislação eleitoral”.



ADILSON LUIZ GONÇALVES

Escritor, engenheiro, pesquisador universitário e membro da Academia Santista de Letras

opinioao@portalbenews.com.br

▶ ESTRATÉGIA

O exemplo “de cima”

Dizem que “o exemplo vem de cima” ou que “vale mais do que mil palavras”, mas também falam que “nem tudo o que se diz se faz” e que “as aparências enganam”.

O fato é que existem muitas pessoas consideradas da “elite” em seus grupos que, apesar do discurso, creem que seus atos estão acima da lei ou do semelhante.

Isso, infelizmente, é cada vez mais comum entre os que escolhem a política como “profissão” ou exercem cargos de poder, eleitos ou não. Mas não podemos esquecer que somos nós que os elegemos e eles elegem outros em nosso nome. Com isso, também estamos dando um mau exemplo.

Assim, todos têm parcelas variáveis de participação, consciente ou inconsciente, nesse contexto. Qualquer que seja a condição social, crença, ideologia ou profissão, nossos atos, efetivos ou falhos, são exemplos!

O poder importa responsabilidades que alguns preferem ignorar, por conveniência, formação ou desvio de caráter, optando por tirar proveito daquilo que lhes interessa, desprezando o direito de outrem, inclusive o coletivo.

O que dizer de quem critica e despreza um sem-teto que urina e defeca na rua, mas leva seu “totó” para fazer o mesmo na porta dos outros, sem coletar a “caca”, clamando que a rua é pública? Como definir quem leva seus “pets” a locais públicos fechados, deixando-os latir continuamente e, quando alguém demonstra incômodo, retruca que é seu direito e quem se incomoda é insensível?

Se for verdade que donos e cães são parecidos, e “quem sai aos seus não degenera”, o que impedirá seus filhos de duas patas de saírem

por aí praticando seus vícios, vontades, “tradições” e “direitos”, com a benção e proteção familiar ou da “elite” a que pertencem?

Esses “pequenos” maus exemplos podem parecer insignificantes perante as grandes mazelas da sociedade e das instituições, picuinhas de quem deveria cuidar da própria vida. Porém, essa falta de respeito às leis e aos direitos dos outros pode ser o primeiro passo para outras irregularidades, cada vez mais graves. É o momento em que vivemos, infelizmente e abertamente!

E quanto maior a ascensão de quem age assim, pior, pois, acreditando ser exemplo, na verdade está se considerando superior, exceção, interpretando as regras sempre ao seu favor e, dependendo de seu poder, fazendo leis ou julgando em benefício próprio.

Pode não haver regra sem exceção, mas, quando a exceção negativa se torna paradigma, temos uma sociedade injusta, imoral ou amoral, em que não haverá presídios suficientes para abrigar seus criminosos ou a leniência e a impunidade serão uso e costume!

Uma sociedade cheia de leis não é necessariamente uma sociedade justa.

Bastariam poucas, se as pessoas simplesmente respeitassem regras básicas de convivência.

Nesse sentido, o bom exemplo precisa vir de cima, sim! Mas também deve vir de baixo, como forma de constranger quem abusa do poder, qualquer que seja!

Adilson Luiz Gonçalves escreve semanalmente para o Jornal BE News, com seus artigos publicados tradicionalmente na edição de sábado e domingo e, eventualmente, na de quarta-feira.

UMA SOCIEDADE CHEIA DE LEIS NÃO É NECESSARIAMENTE UMA SOCIEDADE JUSTA. BASTARIAM POUCAS, SE AS PESSOAS SIMPLEMENTE RESPEITASSEM REGRAS BÁSICAS DE CONVIVÊNCIA

TRANSPORTES | Portos

Conselho declara vacância de toda a Diretoria Executiva da CDP

Mudança ocorre após operação da PF e da CGU, mas deliberação não estabelece relação direta entre os fatos

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

O Conselho de Administração da Companhia Docas do Pará (CDP) declarou a vacância de toda a Diretoria Executiva da estatal, incluindo os cargos de diretor-presidente, diretor Administrativo-Financeiro e diretor de Gestão Portuária. A decisão foi tomada por maioria em reunião extraordinária realizada na quinta-feira (17) e formalizada pela Deliberação CONSAD nº 54/2026.

Com a medida, o presidente do Conselho de Administração, Wilson Eurico Nobre da Silva, foi designado, em caráter ex-

cepcional e interino, para atuar como ordenador de despesas substituto em conjunto com o gerente de Finanças, Richardson Luís Leite da Silva. A atuação ficará limitada a atos de conservação, pagamento da folha e operações consideradas essenciais para manter as atividades da companhia até a posse de uma nova Diretoria Executiva.

O Conselho também determinou o envio imediato dos currículos dos indicados para recompor a Diretoria ao Comitê de Elegibilidade, que terá prazo de até 48 horas para analisar os nomes. A deliberação deve ser comunicada ao Ministério de Portos e Aeroportos e à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

Até então, a Diretoria Executiva era formada por Jardel Rodrigues da Silva, na presidência, Samuel Al-

ves Rocha, como diretor Administrativo-Financeiro interino, e Rosândela Oliveira Barbosa de Carvalho, diretora de Gestão Portuária interina. Pelo estatuto da CDP, os três cargos são preenchidos por eleição do Conselho de Administração.

A deliberação não detalha as razões que levaram à vacância. Entre os fundamentos mencionados pelo Consad está uma decisão judicial proferida em processo que tramita na Justiça Federal do Pará, mas o documento não reproduz seu conteúdo nem informa se a medida está relacionada diretamente à Operação Sonar, deflagrada dois dias antes pela Polícia Federal (PF) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

A proximidade entre os fatos coloca a operação no contexto da mudança de comando, mas, até o momento, não há

ato público do Conselho, da CDP, da PF ou da CGU que estabeleça formalmente uma relação de causa e efeito entre a investigação e a vacância de toda a Diretoria.

Operação Sonar

A Operação Sonar foi deflagrada na terça-feira (15) para investigar suspeitas de desvio de recursos públicos, exigência de vantagem indevida de fornecedores, direcionamento de contratações e lavagem de dinheiro no âmbito de uma empresa pública federal sediada em Belém. A investigação teve origem em denúncias encaminhadas à CGU pela plataforma Fala.BR e foi posteriormente aprofundada com participação da PF.

Foram cumpridos 12 mandados de busca e apreensão. Um investigado foi preso em flagrante após a apreensão de mais

de R\$ 1,2 milhão em espécie. A Justiça também determinou o afastamento de 12 agentes públicos, quebra dos sigilos bancário e fiscal de 35 investigados e bloqueio de R\$ 17 milhões em bens e valores. PF e CGU informaram ainda que contratos e cessões de uso ligados a empresas investigadas foram suspensos.

Segundo a PF, há indícios de retenção de faturas de serviços já prestados, com exigência de pagamento de comissão para liberação dos valores, além de situações emergenciais que teriam sido criadas para favorecer empresas previamente ajustadas. Também são investigadas suspeitas de ocultação e dissimulação de recursos por meio de empresas sem estrutura operacional e pessoas interpostas.

As notas oficiais da PF e da CGU não identificaram nominalmente a companhia nem os investigados. Reportagens publicadas no Pará, porém, apontaram que um dos mandados foi cumprido na sede da CDP e que Jardel Rodrigues aparece em documentos da investigação. Essas informações integram uma apuração em andamento e não representam conclusão sobre responsabilidade criminal.

A CDP é vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos e administra os portos de Belém, Vila do Conde, Santarém, Altamira, Itaituba e Óbidos, além dos terminais de Miramar e Outeiro.

A reportagem procurou a Autoridade Portuária, mas não houve retorno até o fechamento desta edição.



Divulgação

Vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, a CDP administra os portos de Belém, Vila do Conde, Santarém, Altamira, Itaituba e Óbidos, além dos terminais de Miramar e Outeiro

FÓRUM NACIONAL BRASIL EXPORT 2026

6, 7 e 8 de outubro

**Grandes ideias e grandes
decisões para o futuro.**

O encontro que reúne autoridades,
empresários e especialistas para debater
os desafios do desenvolvimento e
construir um país mais competitivo.

PRESENCAS CONFIRMADAS



GUILHERME SAMPAIO
Diretor-Geral da ANTT



ANSELMO LEAL
Diretor-Presidente e de Relações com
Investidores da Águas do Rio



**FÁBIO ROGÉRIO
CARVALHO**
CEO da Aeroportos do Brasil



FULVIUS TOMELIN
Presidente da
Ultracargo



VITAL DO RÊGO
Presidente do TCU

 **Royal Tulip Alvorada**
Brasília - DF

 Confira a Programação em
www.forumbrasilexport.com.br



Transmissão ao vivo e gratuita
pelo canal da TV BE News

**BRASIL
EXPORT**
FÓRUM NACIONAL DE INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES, ENERGIA E MINERAÇÃO

TRANSPORTES | Portos

Grupo chinês deixa consórcio na licitação da dragagem de 16 metros

Autoridade Portuária comunicou ao TCU que a Chec não pretende integrar consórcio que disputa processo para obra

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redebnews.com.br

A Autoridade Portuária de Santos (APS) comunicou ao Tribunal de Contas da União (TCU) que a empresa chinesa CHEC Dredging informou não ter mais interesse em integrar o Consórcio Santos Dragagem, formado para disputar a licitação das obras de aprofundamento do canal de navegação para 16 metros. O processo está paralisado enquanto a Corte de Contas analisa questionamentos sobre o certame.

A informação consta em ofício encaminhado pela APS ao TCU, datado de 14 de setembro e assinado pelo diretor-presidente da companhia, Anderson Pomini.

Segundo a Autoridade

Portuária, em 11 de setembro a CHEC Dredging, por meio de seu representante legal, encaminhou correspondência à Etesco Construções e Comércio Ltda. para informar sua posição sobre o compromisso firmado entre as duas empresas, em outubro de 2025, para a constituição do Consórcio Santos Dragagem.

Na comunicação, a companhia chinesa declarou expressamente não possuir interesse comercial, operacional ou empresarial em constituir, integrar ou participar do consórcio, nem em executar o objeto da licitação. A posição seria mantida mesmo se uma futura decisão administrativa ou judicial modificasse o resultado da concorrência em decorrência das medidas adotadas pela Etesco.

A APS classificou a manifestação da companhia chinesa como um “fato superveniente relevante” para a análise do processo pelo TCU. De acordo com a estatal, diante da nova

situação, uma eventual alteração do resultado da Licitação nº 51/2025 não levaria necessariamente ao restabelecimento automático da proposta apresentada pelo Consórcio Santos Dragagem em sua última configuração.

A Autoridade Portuária informou que os efeitos jurídicos e as possíveis repercussões da manifestação da CHEC sobre o processo licitatório seriam analisados de forma mais ampla na resposta às oitivas e diligências realizadas pela Corte de Contas. O prazo mencionado no documento para a manifestação da APS terminava em 15 de setembro.

Disputa

A manifestação ocorre em meio à disputa pela contratação das obras de aprofundamento do canal do Porto de Santos. A licitação tem valor estimado em cerca de R\$ 712,3 milhões e contempla, além da

dragagem para 16 metros, o licenciamento ambiental, a elaboração dos projetos básico e executivo e a manutenção do novo gabarito por dois anos. O prazo total previsto para execução do contrato é de 60 meses.

A concorrência teve como vencedora a Jan De Nul, com a qual a APS assinou contrato no valor de aproximadamente R\$ 619,8 milhões. O Consórcio Santos Dragagem, liderado pela Etesco, havia apresentado proposta de cerca de R\$ 610 milhões, mas foi desclassificado durante o processo.

A desclassificação e os critérios utilizados na análise das propostas passaram a ser questionados no TCU. Entre os pontos examinados estão a possibilidade de saneamento de falhas na documentação, a uniformidade dos procedimentos adotados com os concorrentes e as mudanças ocorridas na composição do Consórcio Santos Dragagem.

Decisão revogada

Em maio, o plenário do TCU revogou uma primeira suspensão do processo e considerou parcialmente procedente a representação apresentada pela Etesco. Na análise, a Corte também tratou das alterações na formação do consórcio, que originalmente reunia Etesco, Neptune Brasil e CHEC Dredging.

A disputa prosseguiu com recursos apresentados ao Tribunal. Posteriormente, uma nova medida cautelar voltou a impedir o avanço do contrato firmado pela APS com a Jan De Nul enquanto a Corte analisa os questionamentos. Em setembro, entidades representativas do setor portuário também recorreram ao TCU para alertar sobre os impactos da paralisação do projeto.

O aprofundamento pretende levar o canal de navegação dos atuais 15 metros para 16 metros. O canal possui 24,6 quilômetros de extensão e largura média de 220 metros. A ampliação da profundidade permitirá melhores condições de acesso para embarcações de maior porte e integra os projetos de aumento da capacidade operacional do complexo santista.

Com a manifestação da CHEC, o TCU passa a considerar também uma mudança na própria composição empresarial que sustentava a proposta concorrente à da Jan De Nul. A APS, porém, não antecipou uma conclusão sobre os efeitos jurídicos dessa decisão da companhia chinesa e informou que as repercussões sobre o certame serão tratadas em sua manifestação no processo.



Divulgação

O aprofundamento pretende levar o canal de navegação dos atuais 15 metros para 16 metros. O canal possui 24,6 quilômetros de extensão e largura média de 220 metros

ANTT intensifica fiscalização do frete mínimo

Novas regras de rastreabilidade tornam mais difícil registrar operações abaixo do piso, diz setor privado

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redebenews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) iniciou os procedimentos para suspender cautelarmente empresas que descumprem de forma reiterada o piso mínimo do frete rodoviário de cargas. A medida, anunciada na quarta-feira (16), amplia a pressão regulatória sobre transportadoras e contratantes e ocorre em um momento de maior rastreabilidade das operações, com a universalização do Código Identificador da Operação de Transporte (CIOT).

Segundo a ANTT, as empresas identificadas passarão por análise individual e serão formalmente notificadas. Os atos de suspensão do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC) serão publicados no Diário Oficial da União e passarão a produzir efeitos 72 horas depois da publicação.

A medida cautelar pode durar de cinco a 30 dias para empresas que acumularem mais de quatro autuações, em datas distintas, no período de seis meses, desde que atendidos os demais critérios previstos na regulamentação.

Mais do que a penalidade, a iniciativa reforça uma mudança no ambiente de contratação do transporte rodoviário: a disputa por preço passa a conviver com mecanismos de controle capazes de identificar e bloquear operações que

não atendam ao piso mínimo.

Criada pela Lei 13.703/2018, a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas estabelece valores mínimos para determinadas operações de transporte. A metodologia da ANTT considera custos fixos e variáveis da atividade e utiliza uma fórmula baseada na distância percorrida, no coeficiente de custo de deslocamento e no custo de carga e descarga.

O piso não representa o preço máximo que pode ser cobrado. Nas operações abrangidas pela regra, o valor contratado não pode ficar abaixo do mínimo, mas o frete pode ser negociado livremente acima desse patamar.

Também é importante diferenciar o piso do custo total de uma transportadora. A própria ANTT esclari-

rece que itens como lucro, impostos, despesas administrativas e determinadas taxas que não fazem parte do modelo de cálculo não integram o piso mínimo e continuam sujeitos à negociação entre as partes.

Entre os custos considerados na metodologia estão itens como depreciação, remuneração do capital, mão de obra, seguro, combustível, manutenção, pneus e lubrificantes. O pedágio, por sua vez, não integra o cálculo e deve ser acrescido ao valor do piso mínimo.

A fiscalização ganhou uma nova camada de controle a partir de 24 de maio, quando entrou em vigor a universalização do CIOT. O código passou a ser obrigatório para as operações de transporte rodoviário remunerado de cargas, independentemente da categoria do transportador contratado.

Nas operações de carga lotação sujeitas ao piso mínimo, o sistema passou a funcionar também como um filtro: não é possível gerar o CIOT quando o valor informado está abaixo do piso aplicável. O código deve ainda ser vinculado ao MDF-e quando esse documento for exigido.

Estratégia

Na avaliação do CEO da porto-alegrense Buzin Transportes, Leonardo Busin, a questão não está apenas em cumprir a regra, mas em encontrar eficiência dentro de uma estrutura de custos pressionada.

“A transportadora trabalha com regras, custos e margem muito apertada. Nosso papel não é discutir se uma exigência deve ou não existir, mas conhecê-la, cumprir o que está estabelecido e encontrar eficiência para continuar

competitivo. A gestão precisa fazer essa conta funcionar”, diz.

Na empresa, o diesel representa aproximadamente um terço das despesas operacionais. A Buzin também mantém idade média da frota inferior a dois anos, estratégia que, segundo a companhia, busca reduzir quebras e outras ocorrências que podem comprometer a disponibilidade dos veículos.

“Preço sempre vai ser uma variável importante e existe pressão constante por redução de custos. O trabalho da gestão é descobrir onde existe eficiência para ganhar. Dá para melhorar consumo de combustível, disponibilidade do caminhão, manutenção e planejamento de rota. Ao mesmo tempo, existem obrigações que simplesmente precisam entrar na conta”, conclui Busin.



Divulgação

A medida amplia a pressão regulatória sobre transportadoras e contratantes e ocorre em um momento de maior rastreabilidade das operações, com a universalização do CIOT

TRANSPORTES | Aviação / Aeroportos

Latam é destaque sul-americano no World Airline Awards 2026

Companhia vence categorias de serviço, classe executiva, econômica e lounge; Azul recebe dois reconhecimentos



Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Latam foi a principal companhia aérea da América do Sul no World Airline Awards 2026, premiação da consultoria britânica Skytrax conhecida como o “Oscar da aviação”. A empresa venceu sete categorias regionais e também ficou com o prêmio de melhor lounge de classe executiva da região, enquanto a Azul conquistou dois títulos.

A cerimônia foi realizada nesta sexta-feira (18), em Londres. Os resultados são definidos a partir de avaliações de passageiros e abrangem companhias aéreas de diferentes regiões, classes de serviço e segmentos de operação.

A Latam recebeu o principal reconhecimento regional, como melhor companhia aérea da América do Sul. Também venceu nas categorias melhor equipe de companhia aérea, companhia mais limpa, melhor classe econômica, melhor serviço de alimentação na

classe econômica, melhor classe executiva e melhor serviço de alimentação na classe executiva da região. O lounge da companhia no Aeroporto de Santiago, no Chile, foi escolhido ainda como o melhor lounge de classe executiva da América do Sul. Com isso, a marca Latam aparece em

oito categorias vencedoras na edição deste ano. A Azul também recebeu dois prêmios. A companhia brasileira foi eleita a melhor empresa aérea regional da América do Sul e conquistou o reconhecimento de melhor tripulação de cabine da região. No ranking geral das companhias sul-ame-

ricanas, ficou em segundo lugar, atrás da Latam.

A Gol não venceu categorias nesta edição, mas apareceu entre as companhias mais bem avaliadas da região. Ficou em sexto lugar na relação das melhores empresas aéreas da América do Sul e em sétimo no ranking regional de equipes de companhias aéreas.

No cenário mundial, a Singapore Airlines foi eleita a melhor companhia aérea de 2026. A Qatar Airways ficou na segunda posição, seguida pela Cathay Pacific Airways. A premiação reúne mais de 80 categorias e inclui avaliações de classes de serviço, atendimento, alimentação, limpeza, lounges e companhias regionais e de baixo custo.

Veja os prêmios das companhias brasileiras

LATAM

- Melhor companhia aérea da América do Sul
- Melhor equipe de companhia aérea da América do Sul
- Companhia aérea mais limpa da América do Sul
- Melhor classe econômica da América do Sul
- Melhor serviço de alimentação na classe econômica da América do Sul
- Melhor classe executiva da América do Sul
- Melhor serviço de alimentação na classe executiva da América do Sul
- Melhor lounge de classe executiva da América do Sul — Latam Airlines, Santiago

AZUL

- Melhor companhia aérea regional da América do Sul
- Melhor tripulação de cabine da América do Sul

TCU alerta para perda de R\$ 1 bi com restrições no Santos Dumont

Tribunal aponta que limitações de voos no aeroporto podem reduzir receitas da Infraero até 2030

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Tribunal de Contas da União (TCU) alertou o governo federal para o impacto das restrições operacionais no Aeroporto Santos Dumont (RJ) sobre as contas da Infraero. Segundo avaliação do órgão, a manutenção das limitações pode representar uma perda de aproxima-

damente R\$ 1 bilhão no caixa da estatal até 2030. O alerta foi encaminhado ao Ministério de Portos e Aeroportos e à Secretaria do Tesouro Nacional. De acordo com o TCU, a Infraero depende atualmente das receitas geradas pelo Santos Dumont para sustentar sua operação financeira, e a redução dos voos no aeroporto limita a capacidade de geração desses recursos. A restrição ocorre em um cenário de redistribuição da demanda aérea do

Rio de Janeiro, com o Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão) absorvendo parte das operações e dos passageiros que antes utilizavam o Santos Dumont. Na avaliação do tribunal, embora a transferência de voos para o Galeão contribua para ampliar a utilização do aeroporto internacional, a redução das operações no Santos Dumont tem efeito direto sobre as receitas da Infraero, que administra o terminal. O TCU também desta-

cou que Santos Dumont e Galeão compartilham a movimentação de passageiros que partem da cidade do Rio de Janeiro. Por isso, alterações na distribuição dos voos entre os dois aeroportos produzem reflexos sobre a arrecadação da estatal. Além do alerta sobre o impacto financeiro das restrições, o colegiado recomendou ao Ministério de Portos e Aeroportos que a administração, pela Infraero, de aeroportos que não estejam contemplados no Plano Aerovi-

ário Nacional seja autorizada somente mediante justificativa técnica tempestiva. Segundo a recomendação, a justificativa deve demonstrar que a manutenção desses aeroportos sob gestão da estatal atende ao interesse público. A medida está relacionada à necessidade de avaliar o papel da Infraero na administração da rede aeroportuária federal e os efeitos financeiros decorrentes das decisões sobre a operação dos terminais.

Operadores logísticos movimentam R\$ 247 bilhões e ampliam atuação

Setor reúne cerca de 1,5 mil empresas e responde por 20% dos gastos brasileiros com transporte e armazenagem

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redenenews.com.br

Os operadores logísticos movimentaram R\$ 247 bilhões em 2025, o equivalente a 20% dos gastos nacionais com transporte e armazenagem, e ampliaram a presença em operações multimodais no Brasil. Pela primeira vez, o Perfil dos Operadores Logísticos no Brasil identificou que 31% das empresas oferecem serviços envolvendo mais de um modal, enquanto 20% das cargas processadas passam por dois ou mais meios de transporte.

Os dados fazem parte da edição 2026 do levantamento elaborado pelo Instituto de Logística e Supply Chain (ILOS) a pedido da Associação Brasileira de Operadores Logísticos (ABOL). O estudo é rea-

lizado a cada dois anos e acompanha indicadores de faturamento, emprego, investimentos, abrangência territorial, serviços e desafios enfrentados pelo setor.

O segmento reúne atualmente cerca de 1,5 mil operadores logísticos, com média de 32 anos de atuação no país. O faturamento cresceu 18% em relação à edição anterior. As empresas também são responsáveis por aproximadamente 2,8 milhões de empregos diretos e indiretos e por R\$ 57 bilhões em tributos e encargos.

A pesquisa aponta que a multimodalidade ainda tem espaço para crescer. Em média, 31% dos operadores oferecem esse tipo de solução. A participação aumenta conforme o porte da empresa, chegando a 44% entre os grandes operadores, ante 29% dos médios e 19% dos pequenos.

Na perspectiva da car-

O SEGMENTO REÚNE ATUALMENTE CERCA DE 1,5 MIL OPERADORES LOGÍSTICOS, COM MÉDIA DE 32 ANOS DE ATUAÇÃO NO PAÍS. O FATURAMENTO CRESCER 18% EM RELAÇÃO À EDIÇÃO ANTERIOR

ga, entretanto, a maior parte das operações continua concentrada em um único modal: 80% das cargas movimentadas passam por apenas um modal, 17% por dois e 3% por três ou mais.

O transporte rodoviário aparece em 94% das operações, seguido pelo aéreo nacional, com 21%, aéreo internacional, com 8%, marítimo internacional e cabotagem, ambos com 7%, ferroviário, com 5%, e hidroviário, com 3%.

A habilitação regulatória também não significa necessariamente operação multimodal. Segundo o levantamento, 38% dos operadores possuem habilitação como Operador de Transporte Multimodal (OTM) emitida pela ANTT, mas 21% ainda não utilizam efetivamente mais de uma modalidade.

A expansão da multimodalidade encontra limitações principalmente na infraestrutura física, na disponibilidade de rotas e na integração entre os sistemas. Ferrovias e hidrovias receberam as menores avaliações dos operadores, com notas médias de 3,2 e 3,4, respectivamente, em uma escala de zero a dez.

Nos terminais, as dificuldades variam de acordo com o modal. Barreiras regulatórias aparecem entre os principais problemas nas estruturas aéreas, portuárias e alfandegárias. Já nos terminais ferroviários

e hidroviários, a baixa disponibilidade das estruturas é apontada como principal gargalo.

Para a diretora executiva da ABOL, Marcella Cunha, o resultado mostra que a discussão sobre infraestrutura precisa considerar a integração entre os diferentes meios de transporte.

“O Brasil ainda pensa muito em modais e pouco em logística integrada. Os dados mostram que precisamos mudar essa lógica”, afirmou.

Segundo Marcella, a conexão entre rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos é necessária para que os ganhos de produtividade associados à multimodalidade sejam efetivamente alcançados.

“Não basta ter rodovia, ferrovia, hidrovias, porto e aeroporto, é preciso que essas infraestruturas se conectem de forma eficiente”, conclui.

Seca ameaça elevar custos logísticos em Manaus em até 150%

Queda do calado reduz espaço nos navios e pode repetir impactos registrados nas estiagens de 2023 e 2024

Estadão Conteúdo

Marsal, para a Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac).

Com restrição de dois metros no calado, a capacidade dos navios cai 35% e o custo unitário sobe 63%. Em um cenário mais severo, com redução de 3,2 metros, a capacidade recua 55%.

Segundo o estudo, o efeito ocorre porque grande parte dos custos da viagem permanece mesmo com menor volume transportado. A estiagem

também provoca atrasos, omissões de escalas, armazenagem adicional e necessidade de soluções logísticas alternativas.

A análise considera o cenário das secas de 2023 e 2024. Em outubro de 2023, a baixa profundidade inviabilizou por semanas a passagem de navios, e a movimentação de contêineres em Manaus caiu 85% em relação a agosto. Em 2024, mesmo com píeres flutuantes em Itacoatiara, houve quedas de

55% em outubro e 41% em novembro, na comparação com julho.

A consultoria alerta que Manaus dispõe de poucas alternativas logísticas e depende fortemente das hidrovias, que podem enfrentar uma estiagem mais severa em 2027.

O estudo também aborda a sobretaxa de seca, usada para compensar custos extraordinários em períodos de baixa navegabilidade. Mecanismos semelhantes são adotados

em rotas sujeitas a restrições hídricas no Rio Reno, no Canadá e no Canal do Panamá.

O diretor-executivo da Abac, Luis Resano, afirma que é preciso atuar sobre a origem do problema. “A concessão das hidrovias pode ser um caminho importante para garantir maior previsibilidade e eficiência na execução das dragagens, evitando atrasos ou intervenções realizadas fora do momento adequado”, afirmou.

A seca causada pelos impactos do El Niño na região Norte pode elevar em até 150% o custo do transporte de contêineres para Manaus, segundo estudo da A&M Infra, da Alvarez &

PETRÓLEO E GÁS

Petrobras tem maior margem de lucro entre petroleiras mundiais

É a primeira vez que a estatal lidera o ranking de margem de lucro, superando no primeiro semestre gigantes como a saudita Saudi Aramco e as americanas ExxonMobil e Chevron

Agência Brasil

A Petrobras alcançou, no primeiro semestre de 2026, a maior margem de lucro em um grupo de grandes petroleiras internacionais, superando gigantes como a saudita Saudi Aramco e as americanas ExxonMobil e Chevron.

A constatação está em um estudo divulgado nesta semana pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), que reúne sindicatos que representam mais de 105 mil trabalhadores da indústria do petróleo.

O levantamento é coordenado pelo economista Cloviomar Cararine, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), instituição de pesquisa ligada ao movimento sindical.

O estudo compara resultados financeiros de grandes petroleiras desde 2020. É a primeira vez em

que a Petrobras alcança o topo do ranking de margem de lucro.

Lucro é quanto dinheiro sobra para a empresa depois de descontados os custos, despesas e tributos. Já a margem de lucro mede a eficiência da empresa ao mostrar qual proporção da receita (vendas totais, como combustíveis, óleo cru e derivados) realmente se transforma em lucro.

Por exemplo, se uma companhia tem uma margem líquida de 15%, significa que, para cada R\$ 100

em vendas, R\$ 15 sobram como lucro líquido para o negócio após todos os custos, despesas e tributos terem sido pagos.

No ranking do Dieese, a Petrobras aparece no topo, com margem de 29,15% no primeiro semestre de 2026. No período, a estatal brasileira teve lucro líquido de R\$ 85,1 bilhões.

Confira a margem de lucro das grandes petroleiras acompanhadas pelo Dieese: Petrobras: 29,15%; Saudi Aramco: 25,48%; Chevron: 18,01%; ExxonMobil:

16,33%; BP (Reino Unido) 14,83%; Equinor (Noruega) 12,84%; Shell (anglo-holandesa): 9,94% e TotalEnergies (França): 9,44%.

De 2020 até 2025, a Saudi Aramco figurava como dona da maior margem de lucro. Em todos esses anos, a Petrobras era vice-líder, com exceção de 2024. A fonte dos dados são informações divulgadas pelas próprias empresas. O pesquisador não incluiu no comparativo empresas chinesas, como Sinopec e PetroChina.

Rafa Neddermeyer / Agência Brasil

TOP 3 em lucro

O economista do Dieese comparou também o lucro das companhias. Os resultados do primeiro semestre apontam a Petrobras como terceiro maior lucro no ranking em dólar. Saudi Aramco: US\$ 65,4 bilhões; ExxonMobil: US\$18,7 bilhões; Petrobras: US\$ 16,6 bilhões; Shell: US\$15,5 bilhões; Chevron: US\$ 14,3 bilhões; TotalEnergies: US\$ 11,8 bilhões; BP: US\$ 9,5 bilhões; Equinor: US\$7,9 bilhões e Conoco-Phillips (EUA): US\$ 6,1 bilhões.

Fatores para eficiência

Para o economista, o resultado inédito reflete a “grande eficiência operacional da companhia”. O desempenho, completa ele, foi sustentado pelo aumento da produção, alta dos preços internacionais do petróleo (reflexo da guerra no Oriente Médio), redução dos gastos gerais e por ser ainda uma empresa integrada, que produz e refina o óleo.

Cloviomar Cararine acredita que essa combinação permite à Petrobras maior capacidade de atravessar crises que as concorrentes internacionais.



O ranking tem Petrobras (29,15%) na ponta, seguida por Saudi Aramco (25,48%), Chevron (18,01%) e ExxonMobil (16,33%)

Estatal batiza navio de apoio a plataformas

Estadão Conteúdo

A Petrobras realizou nesta sexta-feira, 18, a cerimônia de batismo da embarcação Starnav Elektra, no Pier Mauá, na região portuária do Rio. O navio do tipo PSV (Platform Supply Vessel),

construído no estaleiro Detroit, em Itajaí (SC), recebeu investimento de cerca de R\$ 450 milhões, de acordo com a estatal.

A embarcação é a primeira de uma série de dez embarcações de apoio offshore construídas com recursos financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para atender à Petrobras.

Em 2024, o BNDES assinou um contrato de fi-

nanciamento de R\$ 500 milhões com a Starnav para a construção de duas embarcações do tipo platform supply vessel no estaleiro Detroit. A Elektra é a primeira dessas embarcações a ser concluída.

O banco de fomento aprovou um novo financiamento para a Starnav, em 2025, no valor de R\$ 2,5 bilhões, destinado à construção de outras oito embarcações: quatro do tipo PSV e quatro do tipo oil spill re-

covery vessel (OSRV). O estaleiro Detroit também será responsável por essa etapa, segundo o BNDES.

As novas embarcações da Starnav contarão com motorização híbrida (diesel-elétrica) com banco de baterias, permitindo uma redução de cerca de 18% nas emissões de gases de efeito estufa em comparação com a frota atual.

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, reiterou o compromisso da

estatal com a renovação da frota, garantindo segurança e continuidade para a indústria nacional. “Essa primeira entrega comprova o que nós prometemos e cumprimos São 48 barcos contratados até o final desse ano. Até o ano que vem, vamos alcançar um total de 96 embarcações, incluindo barcas e empurradores.”

A embarcação seguirá para operar nas plataformas das bacias petrolíferas brasileiras.

BC atualiza o regulamento do Pix e ajusta penalidade de exclusão

Autoridade monetária explicou que o objetivo é aprimorar funcionalidades e fortalecer mecanismos de segurança. Algumas mudanças já estão em vigor, outras só em 2027

Bruno Peres / Agência Brasil

Estadão Conteúdo

O Banco Central (BC) publicou nesta sexta-feira, 18, alterações no regulamento do Pix. Uma parte das mudanças entra em vigor imediatamente, enquanto algumas medidas passam a valer ao longo de 2027.

Segundo a autoridade monetária, os ajustes têm como objetivo “atualizar procedimentos operacionais do arranjo de pagamentos, aprimorar funcionalidades e fortalecer mecanismos de segurança”.

Entre as mudanças, o BC modificou a dinâmica da penalidade de exclusão de participantes. Atualmente, o desligamento decorrente dessa penalidade ocorre após prazo de 30 dias. A atualização prevê que o desligamento agora será efetivado imediatamente após a comunicação da decisão definitiva. De acordo com a autoridade monetária, a medida visa reduzir riscos para a segurança e para o funcionamento do arranjo. Ela tem entrada em vigor imediata.

Também com validade

imediatamente, o BC passou a prever a possibilidade de dispensar a participação obrigatória no Pix de algumas instituições. A alteração se aplica a instituições que possuam mais de 500 mil contas transacionais ativas cujas características específicas de seus clientes ou de seu modelo de negócio não justifiquem o acesso à infraestrutura do sistema de pagamentos.

Foram feitos ainda ajustes em regras de adesão e participação. Entre essas medidas, está a previsão de anulação de aprovações obtidas com informações falsas ou omissões relevantes no processo de adesão e estão novos procedimentos para instituições submetidas à liquidação extrajudicial, que passam a ser imediatamente suspensas, podendo o liquidante solicitar ao BC, em até 30 dias, processo de saída ordenada.

Fraude

A nova regulamentação objetiva tornar mais claras as responsabilidades dos participantes quanto ao registro de marcações de fundada suspeita de fraude no Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT).



O Banco Central modificou a penalidade de exclusão de participantes. O desligamento agora será efetivado imediatamente após a comunicação

Com a mudança, o participante que aceitar uma notificação de infração ou que registrar uma marcação de fundada suspeita de fraude passa a ser expressamente o responsável pela respectiva marcação, inclusive por seu eventual cancelamento.

Isso inclui a obrigação de comunicar o usuário quando houver marcação, informando a data do registro e a possibilidade de revisão da medida, assim como a necessidade de disponibilizar canais para esclarecimentos sobre a marcação e para eventual pedido de revisão.

A norma estabelece prazo máximo de sete dias

para resposta ao pedido de revisão e obrigação de cancelar a marcação quando, após análise, não subsistirem elementos que justifiquem a suspeita. Também é obrigatório que o participante mantenha o registro dos fundamentos da decisão.

A obrigação de comunicação aos usuários entra em vigor em 1º de fevereiro de 2027. As demais disposições sobre o assunto têm entrada em vigor imediata.

Pix Automático

O BC também promoveu ajustes no Pix Automático, que poderá ser utilizado em contas-salário. A data

prevista de entrada em vigor da medida é 1º de julho de 2027.

Disciplinou ainda a chamada cobrança híbrida, que reúne em um mesmo documento o código de barras do boleto e o QR Code do Pix Cobrança.

“A prática já é adotada pelo mercado. A norma agora estabelece regras específicas no âmbito do Pix para garantir a convivência segura e ordenada entre os dois arranjos de pagamento, além de prevenir pagamentos indevidos ou em duplicidade”, afirma a autoridade monetária, em nota. Essas mudanças entram em vigor em 1º de fevereiro de 2027.

Dólar sobe e acumula 0,37% na semana

Nesta sexta-feira, a moeda americana terminou o dia cotada a R\$ 5,14, em leve alta de 0,10%

Estadão Conteúdo

O dólar reduziu bastante o ritmo de alta frente ao real na segunda etapa de negócios desta sexta-feira, 18, acompanhando a desaceleração

da moeda americana no exterior, em meio à diminuição das perdas do iene.

Depois de atingir R\$ 5,1662 pela manhã, o dólar à vista terminou o dia a R\$ 5,1442, alta de 0,10%. A divisa acumulou ganho de 0,37% nesta semana, marcada pelo fortalecimento global da moeda norte-ame-

ricana, após a decisão do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) de elevar os juros, acompanhada de discurso mais duro contra a inflação. Em setembro, o dólar ainda recua 0,69% ante o real, após alta de 2,16% em agosto.

Já o Ibovespa encerrou o pregão desta sexta-fei-

ra em queda de 0,41%, aos 185.229,17 pontos, acumulando uma perda de 1,06% na semana, pautado por um ajuste de posição dos investidores, que optaram por posições mais defensivas antes do fim de semana. Mesmo assim, o índice acumula ganho de 4,4% no mês. No ano, o Ibovespa sobe 15%.

Parte da pressão sobre o índice nesta sexta veio do petróleo, que recuou e pesou sobre a Petrobras. O barril do Brent, referência para a estatal, fechou cotado a US\$ 103,87, queda de 0,91%. Com isso, as preferenciais da companhia cederam 0,23%, enquanto as ordinárias, 1,09%.

JUSTIÇA

Defesa de Daniel Vorcaro pede revogação de prisão preventiva

Advogados alegam que o pedido de vista de Flávio Dino em um dos desdobramentos do caso pode manter a situação do ex-dono do Master indefinida. Pedido foi enviado a Fachin

Estadão Conteúdo

decretada na Operação Compliance Zero, que apura crimes financeiros envolvendo o Banco Master.

Preso desde 4 de março, Vorcaro está no 19º Batalhão da Polícia Militar no Distrito Federal, conhecido como Papudinha.

Os advogados mencionam a crise no STF e alegam que o pedido de vista de Flávio Dino em um dos desdobramentos do caso - a possível investigação de Alexandre de Moraes por conversas com Vorcaro -

pode manter a situação do ex-dono do Master indefinida.

“O peticionário (Daniel Vorcaro) não pode permanecer preso indefinidamente, à espera de definições que não dependem dele”, escreveu a defesa.

No documento, os advogados destacam que a revisão da medida, prevista para cada 90 dias, não ocorreu e citam precedente anterior da Corte, que estabelece ao juízo o dever de reanalisar a prisão ao ser

provocado pela defesa.

“O peticionário (Daniel Vorcaro) está preso preventivamente há seis meses, encontra-se há quase um ano sob constrição cautelar, e até hoje não foi oferecida denúncia alguma contra ele. A investigação, além disso, foi fracionada em múltiplos expedientes, cada qual em estágio distinto, sem qualquer previsão de encerramento”, disse a defesa.

A petição foi encaminhada ao presidente do STF, ministro Edson Fachin, ação justificada pela definição do último dia 12 para que os documentos do caso Master sejam encaminhados à presidência da Corte, e não ao ministro André Mendonça, relator.

Os advogados Sérgio Rodrigues Leonardo, Daniel Bialski, Engels Augusto Muniz e Thiago Machado de Carvalho argumentam que o “suposto poder econômico e de influência (de Vorcaro) encontra-se integralmente neutralizado pelos bloqueios universais de contas e valores, pelos sequestros de bens móveis e imóveis, indisponibilidade administrativa de bens lançada pelo Bacen, medidas liminares de protesto contra alienação de bens vigentes bem como pela contínua

exposição pública do caso”.

Indefinição

A defesa cita que o pedido de vista na sessão de terça-feira, 15, do STF, estende uma indefinição sobre o caso, já que a devolução tem o prazo para ocorrer em até 90 dias e a previsão é que os procedimentos não tenham avanço antes de 4 de outubro, data do primeiro turno das eleições.

“Se a própria Corte ainda delibera sobre relatoria, competência e validade de atos da investigação, e se, repete-se, apenas a devolução da vista pode consumir até 90 (noventa) dias, não se mostra legítimo que o único dado estável do processo seja o cárcere do investigado”, escreveram os advogados.

Este é o segundo período de prisão de Vorcaro, que foi detido pela primeira vez em 18 de novembro de 2025. Em 4 de março de 2026, por ordem de Mendonça, o banqueiro voltou a ser preso, depois que a Polícia Federal entregou provas ao STF de que Vorcaro mantinha um braço armado, usado para ameaçar adversários e também para invadir sistemas de informática dos órgãos de investigação.

Divulgação / Banco Master



A defesa de Vorcaro disse que a investigação foi fracionada em múltiplos expedientes, sem qualquer previsão de encerramento

Marco Aurélio Mello critica sessão do STF

O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello criticou a condução da sessão da Corte realizada na terça-feira, 15, marcada por discussões e troca de acusações entre os magistrados.

Nesta sexta-feira, 18, ele avaliou a atuação do presidente do Supremo, Edson Fachin, e também fez ressalvas à postura do ministro Flávio Dino durante

os debates.

A sessão analisava a abertura de um pedido de investigação contra o ministro Alexandre de Moraes por suposto envolvimento com o banqueiro Daniel Vorcaro. O julgamento acabou interrompido após Dino pedir vista do processo, suspendendo a análise do caso.

Para Marco Aurélio, Fachin poderia ter adotado

uma postura mais firme para conter os ânimos e conduzir os trabalhos diante do conflito entre os integrantes da Corte. O ministro aposentado classificou o episódio como “um dia triste para o Supremo” e defendeu que os magistrados atuem “com absoluta honestidade de propósito”, disse em entrevista à rádio Itatiaia.

Marco Aurélio também afirmou que Dino foi um

dos exemplos mais claros do descontrole na sessão. “Mas parece que levou [política] e, ao meu ver, ele não percebeu que a cadeira de presidente, não me refiro a este ou àquele ocupante, deve ser respeitada”, declarou.

Na avaliação de Marco Aurélio, o episódio também expôs a falta de uma resposta concreta ao fim da sessão. “A sociedade aguarda

uma resposta do Supremo, que está sangrando, e o Supremo não pode cometer um suicídio institucional”, afirmou.

O ex-ministro também disse que o episódio não deveria ter ocorrido e destacou a responsabilidade da presidência na condução de situações de conflito. “O que ocorreu na sessão é algo que não deveria ocorrer jamais”.

“Não é preciso alterar o tom para ser ouvido”, diz Nunes Marques

Ministro do STF que se disse impedido de participar de julgamento que decidiria se Moraes seria investigado, se manifesta pela primeira vez após a sessão polêmica de terça-feira

Luiz Roberto / TSE

Estadão Conteúdo

Na sua primeira manifestação pública após a sessão do Supremo Tribunal Federal (STF), realizada na última terça-feira, 15, o ministro Kassio Nunes Marques afirmou que “não é preciso alterar o tom para ser ouvido. A delicadeza e a gentileza também têm força.”

A declaração do membro do STF e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi dada durante a abertura da sessão do TSE ocorrida na manhã de quinta-feira, 17.

A fala ocorreu no contexto da despedida do ministro Antônio Carlos Ferreira, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que participava da sua última sessão na Corte Eleitoral. “A música popular brasileira, es-



Em discurso no Tribunal Superior Eleitoral, do qual é presidente, Nunes Marques disse que “a delicadeza e a gentileza também têm força”

pecialmente a bossa nova, nos ensina que elegância é avessa ao excesso”, anunciou Nunes Marques em referência ao colega.

A fala de Nunes Marques ocorre em sua primeira manifestação pública após a sessão de julgamento para abertura de investigação contra o também ministro do STF Alexandre de Moraes

A sessão foi marcada por tensão, discussão e troca de ofensas entre os ministros.

O conflito entre os ministros, entretanto, começou antes do julgamento de terça-feira. O Estadão teve acesso a uma série de mensagens enviadas por Gilmar Mendes a Nunes Marques e ao ministro Luiz Fux. “Assumam que estão ferrados

e saiam dos processos”, escreveu o decano a Nunes Marques. Mendes também usou termos como “servis” e “submissos” para se referir a Fux e Nunes Marques.

Antes do início do julgamento, Nunes Marques se declarou impedido de participar em razão do seu mandato como presidente do TSE e da potencial repercussão eleitoral da decisão

da sessão.

Contatos com Vercaro

Horas antes, mensagens divulgadas indicavam contato entre o banqueiro Daniel Vercaro e Kevin de Carvalho Marques, filho do ministro.

Antes de se declarar impedido, o ministro falou sobre as mensagens. “Eu nunca julguei nenhum processo relacionado ao Master. Meu filho nunca prestou nenhum serviço ao banco e nunca foi remunerado pelo banco. Isso é fato, porque o sigilo já foi quebrado”, disse.

A sessão para julgamento de Moraes reservou-se a votação sobre uma questão de ordem: a união do processo com o do ministro André Mendonça. No entanto, não houve decisão definitiva e o julgamento foi adiado por até 90 dias, em razão de pedido de vistas feito pelo ministro Flávio Dino. O placar preliminar é de 4x3 pela separação dos processos.

Carla Zambelli contrata novo advogado

Ex-deputada contesta as condenações no STF e o pedido de extradição. Ele segue solta na Itália

Estadão Conteúdo

A ex-deputada federal Carla Zambelli contratou o advogado brasileiro Eduardo Maurício para reforçar sua defesa e contestar as condenações impostas a ela pela Justiça brasileira. O novo advogado passou a atuar no caso na quinta-feira, 17, e trabalhará em conjunto com o italiano Pieremilio Sammarco em medidas relacionadas aos processos e ao pedido de

extradição de Zambelli.

Em nota, Maurício afirmou que pretende adotar medidas processuais para tentar anular as duas condenações. Segundo o advogado, as decisões seriam resultado de “perseguição política” e teriam sido tomadas em processos nos quais, na avaliação da defesa, não foram respeitados o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa e a busca pela verdade dos fatos.

A defesa também pretende contestar o segundo pedido de extradição feito pelo Brasil à Itália. De acor-

do com Maurício, a estratégia inclui questionar a imparcialidade dos julgadores envolvidos nos processos, citando os ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes.

“Estão sendo tomadas as medidas processuais para afastar a segunda extradição requerida pelo Brasil à Itália, justamente pelo fato dos julgadores serem os ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, ambos envolvidos em polêmicas no STF ligadas ao banqueiro Daniel Vercaro”, afirmou o advogado em nota.

Sem garantias

Maurício declarou ainda que, na avaliação da defesa, não haveria garantia de um julgamento justo e imparcial caso Zambelli seja entregue ao Brasil. O advogado afirmou que entregar Zambelli ao Brasil seria o mesmo que “condená-la à morte”.

Em 2025, Carla Zambelli foi condenada pelo Supremo Tribunal Federal a dez anos de prisão por envolvimento na invasão do sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela emissão de um falso mandado de prisão contra o

ministro Alexandre de Moraes

A ex-deputada também recebeu pena de cinco anos e três meses de prisão por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal com emprego de arma. O caso ocorreu no segundo turno das eleições de 2022, quando Zambelli perseguiu, com uma arma em punho, o jornalista Luan Araújo pelas ruas da região dos Jardins, em São Paulo.

Carla Zambelli está solta desde maio, após permanecer presa na Itália em meio ao processo de extradição para o Brasil.

JUSTIÇA

Tribunais de Contas debatem fiscalização de concessões e PPPs

Encontro em Brasília discute acompanhamento de contratos, revisões, prorrogações, riscos e soluções consensuais

Estadão Conteúdo

O acompanhamento de contratos de concessão e parcerias público-privadas (PPPs) durante toda a sua vigência, incluindo revisões, prorrogações e alterações contratuais, está entre os principais temas do 8º Encontro Técnico de Fiscalização de Concessões e Parcerias Público-Privadas pelos Tribunais de Contas, realizado em Brasília. O evento começou na segunda-feira (14) e segue até quinta-feira, dia 17.

O encontro reúne conselheiros, ministros, auditores, procuradores, servidores, gestores, especialistas e representantes dos setores público e privado no auditório do Instituto Serzedello Corrêa (ISC).

A iniciativa é promovida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), em parceria com a Associação Brasileira das Agências de Comunicação (Abracom), o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), o Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM-BA) e o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

Na abertura, representantes dos órgãos de controle destacaram que a fiscalização das concessões e PPPs não deve ficar restrita à fase de contratação e precisa acompanhar a execução dos contratos ao longo dos anos, diante de mudanças que podem envolver investimentos, tarifas, prazos e obrigações das empresas e do poder público.

O vice-presidente do TCU, ministro Jorge Oliveira,

chamou atenção para a longa duração dos contratos de concessão, que podem passar por requerimentos, prorrogações, revisões tarifárias e outras alterações durante décadas de vigência.

Nesse cenário, Oliveira defendeu uma atuação dos órgãos de controle capaz de acompanhar as mudanças dos contratos sem deixar de lado o rigor técnico. Ele também ressaltou a importância dos trabalhos científicos produzidos por auditores de Tribunais de Contas de diferentes regiões do país.

Segundo o ministro, a sistematização de experiências concretas de fiscalização permite transformar soluções desenvolvidas pelas cortes de contas em conhecimento que pode ser compartilhado entre os órgãos de controle.

Outro tema discutido no encontro é o uso de

soluções consensuais para a resolução de conflitos envolvendo concessões e PPPs. O secretário de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos do TCU, Nicola Khoury, defendeu que a negociação seja considerada antes da judicialização das controvérsias.

Khoury citou a previsão de que o Estado deve promover, sempre que possível, a solução consensual de seus conflitos. Para ele, esse princípio orienta gestores e agentes públicos a avaliar a negociação como uma das primeiras alternativas diante de uma divergência contratual.

“Você percebe que há uma diretriz clara de que, antes de buscar resolver os problemas de modo judicial, arbitral, de modo imperativo, é dever do gestor buscar a solução dialogada”, afirmou.

O secretário ressaltou,

porém, que a adoção de um acordo depende das características de cada caso e de sua capacidade de atender ao interesse público.

“Não basta ser consensual. A solução precisa ser boa, precisa atender a esse ponto, precisa ser vantajosa”, disse.

O presidente do IRB, conselheiro Inaldo Araújo, destacou a participação das concessões e PPPs na ampliação dos investimentos e na modernização dos serviços públicos. Segundo ele, esses instrumentos exigem planejamento, transparência e fiscalização especializada.

Araújo afirmou ainda que os Tribunais de Contas vêm ampliando a capacidade de orientar a administração pública e acompanhar os resultados de políticas públicas e contratos. Para o presidente do IRB, a formação continuada dos profissionais dos

órgãos de controle ganhou importância diante da maior complexidade dos modelos de contratação.

A pauta do encontro também inclui os desafios enfrentados pelos verificadores independentes, a precificação de riscos, os processos de revisão e prorrogação contratual, a reversão de bens ao poder público e novos modelos de contratação.

A programação incorpora ainda discussões do seminário “Controle, Investimentos e Futuro da Infraestrutura para o Cidadão”, realizado em referência aos 30 anos do Fiscobras, plano anual de fiscalização de obras do TCU.

Experiência

O vice-presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), conselheiro Carlos Neves, relacionou a experiência acumulada pelo Fiscobras aos atuais desafios de acompanhamento das concessões e PPPs.

Segundo Neves, a experiência desenvolvida na fiscalização de obras públicas pode contribuir para o acompanhamento de contratos que envolvem participação privada na implantação e operação de infraestrutura.

O conselheiro também destacou a apresentação de trabalhos científicos elaborados por auditores de diferentes Tribunais de Contas. Os estudos selecionados reúnem experiências de fiscalização em áreas como saneamento, transporte e infraestrutura e buscam permitir que soluções adotadas individualmente pelas cortes sejam conhecidas e aproveitadas por outros órgãos do sistema de controle.



Divulgação

O encontro técnico reúne conselheiros, ministros, auditores, procuradores, servidores, gestores, especialistas e representantes dos setores público e privado no auditório do ISC

INTERNACIONAL

Trump anuncia acordo por controle da segurança da Groenlândia

Após diversas investidas e ameaças, presidente americano faz pacto com a ilha e com a Dinamarca. Acordo deve ser assinado na próxima semana, na assembleia Geral da ONU

Divulgação / Casa Branca

Estadão Conteúdo

O presidente norte-americano, Donald Trump, comentou nesta sexta-feira, 18, que firmou um acordo com a Dinamarca e a Groenlândia para conceder aos EUA o controle permanente sobre a segurança e “todas as outras necessidades” da ilha dinamarquesa.

“Não haverá custo para os Estados Unidos! Sob minha direção, trabalhamos com representantes da Dinamarca e da Groenlândia para garantir que os americanos terão PARA SEMPRE a capacidade completa de fazer o que for necessário para garantir e defender a segurança da Groenlândia e dos Estados Unidos da América”, escreveu Trump na Truth Social.

Além disso, o republicano informou que nenhum adversário de Washington poderá fazer investimentos sensíveis ou ter uma base ou presença militar na ilha sem uma aprovação escrito dos EUA.

“Por mais de 100 anos,

os presidentes conheciam a importância estratégica da Groenlândia, mas NENHUM deles conseguiu fazer algo a respeito. Tenho orgulho de ser o presidente que abordou de forma permanente e conclusiva esta situação muito importante. Este é um Acordo de “Vida Infinita”, não há fim!”, acrescentou o mandatário na postagem.

Segundo ele, o governo começará “imediatamente” o processo de desenvolvimento de uma grande presença militar na Groenlândia.

Em nota, o Gabinete da primeira-ministra dinamarquesa, Mette Frederiksen, informou que o acordo Groenlândia-Dinamarca-EUA deve ser assinado na próxima semana, na Assembleia Geral da ONU, visando fortalecer a segurança do Ártico.

Uma vez assinado, o acordo precisará passar pelos trâmites parlamentares necessários para entrar em vigor.

“Estou satisfeita com a perspectiva de um bom acordo para a Groenlândia, o Reino da Dinamarca e os EUA. Um acordo que fortalece nossa segurança conjunta no Ártico e no Atlântico Norte e que, por isso,



Trump informou que nenhum adversário de Washington poderá fazer investimentos sensíveis ou ter uma base ou presença militar na ilha

também é bom para a Otan e para a Europa. Ao mesmo tempo, ele reconhece a soberania e a integridade territorial do Reino, bem como o direito do povo groenlandês à autodeterminação”, disse Frederiksen na nota.

Ataque à liberdade de imprensa

Trump afirmou nesta sexta-feira que está proibindo os veículos de comunicação MSNOW, CNN e Politico de acessar a Casa Branca, alegando que a cobertura deles sobre seu governo é “desonesta” e “tendenciosa”.

“Veículos de comuni-

cação não deveriam poder escrever ou divulgar continuamente ficção e mentiras quando estão cobrindo o presidente dos Estados Unidos, o governo Trump ou os Estados Unidos da América”, escreveu o presidente na Truth Social.

Trump também prometeu que “outros veículos de Fake News virão em seguida”, mas sem detalhar quais.

O governo já havia avançado contra outros veículos de comunicação no mandato do presidente. Em fevereiro de 2025, a Casa Branca proibiu jornalistas da Associated Press de acessar espaços como o Salão Oval e

o Air Force One.

Venezuela

Líderes democratas em três comissões da Câmara dos Representantes dos EUA exigiram respostas do governo Trump sobre um acordo envolvendo petróleo venezuelano, afirmando que as ações do Executivo “ultrapassaram sua autoridade legal”.

A cobrança foi formalizada em uma carta enviada ao secretário de Estado, Marco Rubio. Os parlamentares pedem informações sobre a parceria com a North American Blue Energy Partners.

Drone atinge usina nuclear da Rússia

De acordo com a AIEA, equipamento acertou uma torre de resfriamento durante operação

Estadão Conteúdo

reator da Usina Nuclear de Kursk, na Rússia, foi atingida por um drone na madrugada de quinta-feira, 17. Segundo publicação da agência no X, a unidade estava operando no momento do impacto.

De acordo com as informações repassadas à AIEA, o modo de operação do reator não foi alterado após o episódio e não houve registro de incêndio.

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) informou ter sido notificada de que a torre de resfriamento de uma unidade de

A agência não detalhou a extensão de eventuais danos na estrutura atingida, mas reiterou que acompanha de perto relatos envolvendo instalações nucleares em áreas sujeitas a ações militares.

O diretor-geral da AIEA, Rafael Mariano Grossi, afirmou que ataques contra instalações nucleares são “inaceitáveis”, pois podem

comprometer a segurança nuclear e a proteção física, independentemente de onde ocorram.

Para Grossi, ocorrências desse tipo elevam riscos que vão além do impacto material imediato, ao criar incertezas sobre a integridade de sistemas e estruturas associadas à operação de usinas.

O chefe da agência tam-

bém renovou o apelo por máxima contenção militar para reduzir a probabilidade de um acidente nuclear.

A AIEA tem defendido, em diferentes ocasiões, a necessidade de evitar ações que possam afetar instalações e infraestrutura ligadas ao setor nuclear, diante das consequências potenciais para trabalhadores, comunidades e o meio ambiente.



IVANI CARDOSO
ivani@redebenews.com.br

STREAMING

Uma dupla que fez história

Divulgação



de Milwaukee, nos Estados. Enquanto ela cantava clássicos da música country ele tocava guitarra e participava de bandas locais. Quando eles se conheceram, o destino cumpriu sua parte. Um dia Mike ligou para Claire se apresentando como Lightning e perguntou se ela gostaria de ser seu Thunder no palco. A dupla começou a se apresentar em 1987, interpretando sucessos de Neil Diamond. Reunindo os filhos de casamentos anteriores em uma vida difícil, mas com muito amor, eles tentam enfrentar as dificuldades de uma vida não tão cor de rosa.

Hugh Jackman e Kate Hudson são ótimos atores e conseguiram a química perfeita para viver os músicos Mike e Claire Sardina, conhecidos nos palcos como Lightning & Thunder (Relâmpago e Trovão. O filme dirigido por Craig Brewer (Ritmo de um Sonho) é inspirado documentário homônimo de Greg Kohs sobre a dupla, lançado em 2008. Antes de se tornarem um duo, Claire e Mike já se apresentavam separadamente na região

LEITURA

Uma descida aos infernos

Emmanuel Carrère está na moda. Conhecido como um dos mais importantes escritores franceses da atualidade, ele vem ao Brasil na próxima semana para falar de seus livros, que sempre incomodam e encontram leitores seduzidos por sua escrita. O livro “Yoga” não é diferente. Poderia ser apenas uma obra sobre meditação, mas é um autorretrato desconcertante e honesto de um homem que tenta viver em harmonia com o mundo e consigo mesmo. Misto de romance e autobiografia, ele relata sua experiência durante dez dias em um retiro de silêncio no interior da França. Mesmo abandonando o celular e os livros, ele não resiste e leva caneta e caderno para tomar notas do que está acontecendo com ele e ao seu redor. Quatro dias depois é obrigado a abandonar o refúgio: um amigo foi morto no atentado ao Charlie Hebdo. Sua vida então vira do avesso. A cidade está em polvorosa, seu projeto de livro não avança, sua relação amorosa começa a ruir. Para completar, é diagnosticado com transtorno bipolar, e a própria escrita, que o salvou tantas vezes, agora parece difícil, sem perspectivas.

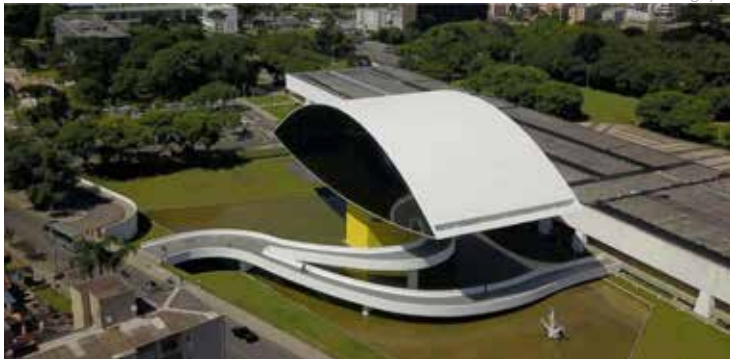
Divulgação



VISUAIS

Curitiba no circuito mundial da arte

Divulgação



“Limiares” é o título da Bienal Internacional de Arte Contemporânea de Curitiba em sua 16ª edição, que pode ser conferida em diversos locais da cidade e do estado do Paraná, entre eles o Museu Oscar Niemeyer (foto), o maior museu de arte da América Latina. O evento reúne grandes artistas de diferentes origens e que atuam em múltiplos suportes, do material ao virtual. As curadoras Adriana Almada e Tereza de Arruda propõem um espaço de passagem

e reflexão sobre as mudanças que atravessam o presente e apontam para novos modos de existir e de criar. Para elas, vivemos um momento limiar também como um espaço fértil no qual a arte atua como mediadora entre mundos. Habitar essa fronteira e criar a partir da incerteza orientam uma proposta que se assume como um espaço de troca entre diferentes áreas do conhecimento e culturas.

Serviço

Exposição: 16ª Bienal Internacional de Arte Contemporânea de Curitiba | Até 15 de novembro
Locais: Museu Oscar Niemeyer, Museu Paranaense, Museu de Arte Contemporânea do Paraná, Museu da Imagem e do Som,
Sede Principal: Rua Marechal Hermes, 999 — Centro Cívico, Curitiba - PR

BE+

Divulgação



● O mundo vai e volta. Pesquisadores da Finlândia estão estudando os benefícios de aumentar a exposição das crianças à biodiversidade até 2027. Os primeiros resultados, segundo o The News, mostram que depois de um ano crianças que brincavam em jardins verdes apresentavam menos bactérias.

● Olha só que boa notícia: pesquisa da Nielsen BookData divulgada pelo Skeelo revelou que quem começa com livros digitais tende a ler muito mais de maneira geral. Segundo o Publishnews, cerca de 47 milhões de pessoas leram ou consumiram um livro digital no último ano no Brasil.

● A nova versão do Guaraná com fibras na versão zero açúcar agora também pode ser encontrado em toda região Sudeste, Sul e Centro-Oeste. As primeiras unidades só estavam à venda na capital paulista. A notícia é da coluna Painei, da Folha de S.Paulo.

BE-

● Se você acha que solidão é um problema muito mais comum no envelhecer, está errado. Dados globais da OMS reforçam a prevalência mais alta entre adolescentes e, pior, estão caindo progressivamente com a idade. O esfacelamento dos vínculos cotidianos é uma das causas principais do problema.

● Neste novo mundo está cada vez mais difícil diferenciar o que é fake do que é real. Matéria da CNN dá várias dicas, entre elas, duvidar de textos sem autoria em sites desconhecidos e evitar portais com nomes que imitam veículos famosos ou que usam URLs suspeitas (como fins em .co, .net.br sem registro oficial ou domínios obscuros).



NÚRIA BIANCO e colaboradores
vitrine@redebnews.com.br

DESTAQUES DO SUL EXPORT

O Sul Export 2026 aconteceu na última quinta (17) e sexta-feira (18) em Foz do Iguaçu (PR), a cidade da tríplice fronteira, onde o Brasil encontra Argentina e Paraguai. E lá, o Grupo Brasil Export reuniu 38 painelistas e palestrantes para debater a logística, a infraestrutura e o desenvolvimento da região, formada pelo Paraná, por Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Vitrine de hoje traz alguns dos cliques e destaques do evento, que foi o último fórum regional do ano no calendário do Grupo. Agora o foco é no evento nacional, que será nos dias 6, 7 e 8 de novembro, em Brasília (DF). Boa leitura e um ótimo final de semana!

Divulgação



O prefeito de Foz do Iguaçu, general Joaquim Silva e Luna, fez o discurso de boas-vindas do Sul Export e encontrou o CEO da Multilog e presidente do Conselho Mercosul Export, Djalma Vilela.

O diretor-superintendente da Portonave, Osmari de Castilho, foi apresentado como novo presidente do Conselho do Sul Export. O anúncio foi feito na presença do ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, e do presidente do Conselho Nacional do Brasil Export, José Roberto Campos.

Divulgação



Divulgação



Jesualdo Silva, diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), era o presidente do Conselho do Sul Export e, agora, assumiu o comando do Conselho do Sudeste Export. Na foto, ele está ao lado do diretor do Terminal Portuário Cotriguaçu, Rodrigo Buffara Farah Coelho.

Divulgação



Na sexta-feira (18), os participantes do fórum visitaram as obras do novo terminal da Multilog, que terá capacidade para receber até 2 mil caminhões de carga por dia.

Divulgação



A comitiva do Sul Export também esteve na nova sede local da Receita Federal e na Ponte Internacional da Integração Brasil/Paraguai, que conecta Foz à cidade paraguaia de Presidente Franco.